

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas mantêm registrado como ativo um contrato inerente à concessão de linhas de transmissão de energia elétrica no montante de R\$4.241.114 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers"), em vigor desde 1º de janeiro de 2018, o reconhecimento do ativo de contrato de concessão e da receita da infraestrutura de transmissão, por parte das controladas da Companhia, requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre a mensuração do avanço físico da construção do ativo em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo e requer, também, a estimativa dos esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens ou inexistência de lucros esperada, em cada obrigação de performance identificada, e a projeção das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros também requer o uso de julgamento significativo por parte da Administração. Devido à relevância dos valores, à complexidade do assunto, ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas, à metodologia utilizada nas referidas mensurações e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para fins da nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a análise dos contratos de concessão sob a luz do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), objetivando o entendimento do modelo de negócio adotado; (b) a revisão das premissas, da metodologia e dos cálculos matemáticos para fins da apuração do saldo registrado como ativo de contrato de concessão, com o suporte de nossos especialistas internos, e das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato de concessão e na avaliação da taxa de desconto utilizada no modelo; e (c) examinamos a adequação das principais divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação, apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os efeitos decorrentes dos contratos de concessão são apropriados para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos saldos comparativos

Em 28 de março de 2019, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.13, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes decorrentes, bem como as melhorias de classificação e de divulgação inerentes à adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 47 - *Receita de Contrato com Clientes* e os seus tributos, elaborado com base na norma internacional IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers". Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)			31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	121	716	4.304	Fornecedores	11	1.115	238	68.494	144.618
Títulos e valores mobiliários	5	24.186	9.682	370.003	523.985	Obrigações tributárias	12	73	31	8.603	13.259
Contas a receber de clientes	6	-	-	51.133	-	Encargos sociais e trabalhistas	13	-	-	9.121	7.479
Despesas pagas antecipadamente	7	25	5	579	1.411	Obrigações regulatórias	14	-	-	1.221	-
Contas a receber (ativo de concessão)	8	-	-	135.543	-	Dividendos a pagar	20 d)	5.694	2.062	5.694	2.062
Impostos a recuperar		-	-	9.098	-	Ações preferenciais resgatáveis	15	9.908	-	9.908	-
Contas a receber - Partes relacionadas	29	-	131	-	131	Contas a pagar - partes relacionadas	29	22	-	-	-
Outros créditos		27	1.165	1.140	6.121	Provisões	16	-	-	21.233	-
Total do ativo circulante		24.254	11.104	568.212	535.952	PIS e COFINS diferidos	19	-	-	12.699	-
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		16.812	2.331	136.973	167.418
Dividendos a receber	9	6.750	-	-	-	NÃO CIRCULANTE					
Despesas pagas antecipadamente	7	-	-	286	10.413	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	2.007.458	1.213.759
Contas a receber (ativo de concessão)	8	-	-	4.105.571	2.387.241	Debêntures	18	-	-	516.397	464.287
Impostos a recuperar		812	-	1.324	-	Ações preferenciais resgatáveis	15	200.000	-	200.000	-
Investimentos	9	1.392.369	740.653	-	-	Provisões de LP	16	-	-	24.781	-
Imobilizado	10	-	-	17.393	2.008	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26 b)	-	-	251.356	120.777
Intangível	10	-	-	25.318	874	PIS e COFINS diferidos	19	-	-	373.766	220.821
Total do ativo não circulante		1.399.931	740.653	4.149.892	2.400.536	Total do passivo não circulante		200.000	-	3.373.758	2.019.644
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20	528.483	528.483	528.483	528.483
						Reservas de capital	20 e 21	43.049	16.803	43.049	16.803
						Reserva de lucro	20	485.434	204.140	485.434	204.140
						Dividendos adicionais propostos	20	150.407	-	150.407	-
						Total do patrimônio líquido		1.207.373	749.426	1.207.373	749.426
TOTAL DO ATIVO		1.424.185	751.757	4.718.104	2.936.488	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.424.185	751.757	4.718.104	2.936.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	23	-	-	1.764.723	1.893.579
CUSTO DO BENS CONSTRUÍDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	24	-	-	(925.492)	(1.493.126)
LUCRO BRUTO		-	-	839.231	400.453
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	24	(7.503)	(4.981)	(37.005)	(21.635)
Amortização do Agio	24	(739)	-	(739)	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	483.182	208.644	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		474.940	203.663	801.487	378.818
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	2.437	701	19.927	23.649
Despesas financeiras	25	(18.364)	(226)	(232.650)	(85.874)
		(15.927)	475	(212.723)	(62.225)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		459.013	204.138	588.764	316.593
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	26 a)	-	-	-	(42)
Diferidos	26 a)	-	(183)	(129.751)	(112.596)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		459.013	203.955	459.013	203.955
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO)	27	0,86855	0,60015	-	-
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (DILUÍDO)	27	0,85266	0,58568	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	459.013	203.955	459.013	203.955
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>459.013</u>	<u>203.955</u>	<u>459.013</u>	<u>203.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Reserva de capital - ágio na emissão de ações	Ajuste para adequação às normas do CPC	de capital	legal	de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		398.482	-	-	-	2.957	-	-	(9.367)	392.072
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)	3.13 a	-	-	-	-	-	-	-	22.466	22.466
Aumento de capital	20	130.001	-	-	-	-	-	-	-	130.001
Reserva de remuneração baseada em ações	21	-	-	-	2.993	-	-	-	-	2.993
Lucro líquido do exercício (reapresentado)		-	-	-	-	-	-	-	203.955	203.955
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de Reserva legal	20	-	-	-	-	10.853	-	-	(10.853)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	-	-	(2.061)	(2.061)
Reserva de Lucro	20	-	-	-	-	-	204.140	-	(204.140)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (REAPRESENTADO)		528.483	-	-	2.993	13.810	204.140	-	-	749.426
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	459.013	459.013
Ações preferenciais resgatáveis	20	67.208	132.792	-	-	-	-	-	-	200.000
Ajuste para adequação às normas do CPC	20	-	-	(200.000)	-	-	-	-	-	(200.000)
Reserva de remuneração baseada em ações	21	-	-	-	3.295	-	-	-	-	3.295
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Constituição de Reserva legal	20	-	-	-	-	22.951	-	-	(22.951)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	-	-	(4.361)	(4.361)
Dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	-	-	-	150.407	(150.407)	-
Reserva de Lucro	20	-	-	-	-	-	281.294	-	(281.294)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		595.691	132.792	(200.000)	6.288	36.761	485.434	150.407	-	1.207.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		459.013	203.955	459.013	203.955
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26 (a)	-	183	128.169	112.596
Provisão para PIS e COFINS diferidos	19	-	-	159.674	193.012
Amortização ágio - Aquisição Argo III	10	739	-	739	-
Remuneração do ativo de concessão	8 e 23	-	-	(528.530)	(161.288)
Receita do ativo de contrato	8 e 23	-	-	(401.487)	(279.991)
Receita de O&M	8 e 23	-	-	(9.823)	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	25	(2.437)	(699)	(19.927)	(23.473)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(483.182)	(208.644)	-	-
Depreciação	10	-	-	224	-
Despesas com stock options	20	3.295	2.926	3.295	2.926
Juros sobre empréstimos, debêntures e amortizações	15, 17 e 18	9.908	-	206.882	59.668
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(12.664)	(2.279)	(1.771)	107.405
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes	6	-	-	99.575	-
Contas a receber (ativo de concessão)	8	-	-	(1.033.929)	(1.515.868)
Seguro e depósito caução	7	-	(5)	-	1.037
Impostos a recuperar		(812)	-	(10.422)	-
Despesas pagas antecipadamente	7	(20)	-	11.711	-
Partes relacionadas	29	153	522	131	-
Outros créditos		1.137	(1.021)	4.981	(6.005)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	11	877	77	3.192	2.481
Encargos e obrigações trabalhistas	13	-	-	1.621	840
Obrigações tributárias	12	42	21	(4.656)	12.793
Obrigações regulatórias	14	-	-	1.221	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(11.287)	(2.685)	(928.346)	(1.397.317)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários	5	(12.067)	130.530	173.909	(348.621)
Aquisição de imobilizado e intangível	10	-	-	(15.415)	-
Aquisição de controladas	9	(81.988)	-	(81.988)	(433)
Aumento de capital em controladas		(94.035)	(258.336)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(188.090)	(127.806)	76.506	(349.054)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17 e 18	-	-	648.835	1.618.379
Direito de opção de compra de ações		-	66	-	66
Aporte de capital	20	-	130.001	-	130.001
Ações preferenciais resgatáveis	15	200.000	-	200.000	-
Dividendos pagos		(728)	-	(728)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		199.272	130.067	848.107	1.748.446
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(105)	(424)	(3.733)	2.075
Caixa proveniente da aquisição	9	-	-	145	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	16	121	716	4.304
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	121	545	4.304	2.229
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(105)	(424)	(3.733)	2.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	1.000.205	1.645.319
Receitas relativas à operação de ativos próprios	-	-	9.823	279.991
Receitas relativas à ativo de contrato (adoção do CPC 47)	-	-	401.853	161.288
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	528.530	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(4.288)	(2.053)	(931.567)	(1.501.974)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.288)	(2.053)	1.008.844	584.624
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO				
	(739)	-	(739)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(5.027)	(2.053)	1.008.105	584.624
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	483.182	208.644	-	-
Receitas financeiras	2.437	701	19.927	23.649
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	480.592	207.292	1.028.032	608.273
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	3.215	2.926	30.930	11.807
Remuneração direta	3.215	2.926	27.225	10.836
Benefícios	-	-	2.668	738
FGTS	-	-	1.037	233
Impostos, taxas e contribuições	-	388	318.849	331.495
Tributos federais	-	388	318.849	331.495
Remuneração de capitais de terceiros	18.364	23	219.240	61.016
Juros	18.364	23	219.240	61.016
Remuneração de capitais próprios	459.013	203.955	459.013	203.955
Lucro líquido do exercício	459.013	203.955	459.013	203.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Participação - %	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Argo Transmissão de Energia S.A. ("Argo I")	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. ("Argo II")	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. ("Argo III")	100%	-

Aspectos regulatórios

a) Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$2.500.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$469.906 (valor para o ciclo 2019-2020) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação comercial, dessa forma, antecipando o início de recebimento da RAP.

A receita que é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

b) Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia estima finalizar a construção do empreendimento em janeiro de 2022, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$148.700. A RAP foi determinada em R\$39.400 (valor original) e atualizada para R\$43.785 (valor para o ciclo 2019-2020), com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

c) Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. ("Cobra Brasil"), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. ("Argo III"). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9 c).

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4, 230 kV, com extensão de 145 km; Unha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de fc9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022 e a Companhia tem a previsão de concluir sua construção em 1º de outubro de 2021. Atualmente, a Argo III encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Argo III conta com aportes que serão realizados pelos acionistas e captação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para honrar seus compromissos financeiros e, conseqüentemente, a conclusão do projeto. Os referidos aportes estão respaldados nas obrigações contidas no plano de negócios da Companhia.

A Companhia estima finalizar a construção do empreendimento em julho de 2022, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$562.292. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$79.679 (valor para o ciclo 2019-2020), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo III.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro "IFRS – International Financial Reporting Standards", emitidas pelo "IASB – International Accounting Standards Board", de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Contas a receber (ativo da concessão): mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o poder concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

- b) Receita de construção: durante a fase de construção dos ativos, a concessionária reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo: serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração.

A Argo considera um modelo de margem 0 (zero) para a construção. E para manter essa margem, adiciona os valores dos tributos PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social na receita de construção. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa no resultado do exercício.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

- c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, os pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance, com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.
- e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos : são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor por meio do OCI – Outros Resultados Abrangentes, dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Contas a receber (ativo de concessão)	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.4. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.5. Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

3.7. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

3.8. Contas a receber (ativo de contrato)

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, inclui o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um Ativo de contrato.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída, de modo que estes valores a receber, passam a ser considerados como ativo financeiro classificado como custo amortizado. Os ativos financeiros que não sejam exclusivamente compostos por pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, e as variações líquidas reconhecidas no resultado, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

3.9. Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga conforme CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas preparadas pela Companhia. As opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

3.10. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período. Conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11. Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

3.13. Contratos de concessão – ativo de contrato

Com a IFRS 15 (CPC 47), em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

IFRS 15 (CPC 47) - Esclarecimentos à IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substitui as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18 (CPC 30) (R1) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- (i) Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- (ii) Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- (iii) Passo 3: Determinar o preço da transação.
- (iv) Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- (v) Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

- (a) Reapresentação das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC 47) usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

- (b) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2019, a Administração revisou as estimativas contábeis relativas ao contas a receber do ativo de concessão e concluiu pela necessidade da correção das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para reconhecer estes efeitos. Por essa razão, os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2018 e 1º janeiro de 2018 estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os efeitos dos ajustes contabilizados em decorrência da referida revisão, nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e em 1º de janeiro de 2018 e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são apresentadas abaixo:

- (i) Revisão das premissas sobre a adoção do IFRS 15 (CPC 47), que define o ativo da concessão como ativo de contrato e os seus respectivos impactos sobre os tributos diretos e indiretos.

<u>Lucros acumulados (controladora e consolidado)</u>	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018		Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentação)
	Ajustes		
Ativo contratual (a)	11.726	25.784	37.510
(-) PIS e Cofins diferidos (a)	(1.085)	(2.386)	(3.471)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(3.618)	(7.955)	(11.573)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 no Patrimônio Líquido (c)	<u>7.023</u>	<u>15.443</u>	<u>22.466</u>
	<u>31 de dezembro de 2018</u>		
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<u>Balanco patrimonial (controladora)</u>			
<u>Ativo não circulante</u>			
Investimentos	600.268	140.385	740.653
<u>Passivo circulante</u>			
Dividendos a pagar	728	1.334	2.061
<u>Patrimônio líquido</u>			
Reserva de lucros (c)	81.892	139.051	220.943

	31 de dezembro de 2018		
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<u>Balço patrimonial (consolidado)</u>			
<u>Ativo não circulante</u>			
Ativo de Contrato (a)	2.152.856	234.385	2.387.241
<u>Passivo não circulante</u>			
Dividendos a pagar	728	1.334	2.062
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido (b)	48.458	72.319	120.777
(-) PIS e Cofins diferidos (b)	199.140	21.681	220.821
<u>Patrimônio líquido</u>			
Reservas de lucros e de capital (c)	81.892	139.051	220.943
<u>31 de dezembro de 2018</u>			
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<u>Demonstração do resultado (controladora)</u>			
Equivalência patrimonial	83.704	124.940	208.644
Lucro líquido do exercício	79.015	124.940	203.955
<u>31 de dezembro de 2018</u>			
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<u>Demonstração do resultado (consolidado)</u>			
Receita líquida (a)	1.704.275	189.304	1.893.579
Imposto de renda e contribuição social diferido (b)	(48.232)	(64.364)	(112.596)
Lucro líquido do exercício	79.015	124.940	203.955
<u>31 de dezembro de 2018</u>			
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<u>Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora)</u>			
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Lucro líquido do exercício	79.015	124.940	203.955
<u>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa nas atividades operacionais</u>			
Resultado de equivalência patrimonial	83.704	124.940	208.644
<u>31 de dezembro de 2018</u>			
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
<u>Demonstrações dos fluxos de caixa (consolidado)</u>			
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Lucro líquido do exercício	79.015	124.940	203.955
<u>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa nas atividades operacionais</u>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	48.232	64.365	112.597
Provisão para PIS e COFINS diferidos (b)	173.715	19.297	193.012
Remuneração do ativo de concessão (a)	(146.246)	(15.042)	(161.288)
Receita do ativo de contrato (a)	(86.431)	(193.560)	(279.991)

<u>Demonstração do valor adicionado</u>	31 de dezembro de 2018		
	Saldos anteriormente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Receitas relativas à ativo de contrato (adoção do CPC 47) (a)	86.431	193.560	279.991
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão (a)	146.246	15.042	161.288
Valor adicionado total a distribuir	399.672	208.601	608.273
Distribuição do valor adicionado	399.672	208.601	608.273
Impostos, taxas e contribuições (b)	247.834	83.661	331.495
Remuneração de capitais próprios(a)	79.015	124.940	203.955

(a) Implementação do IFRS 15 (CPC 47), que define o ativo da concessão como ativo de contrato.

(b) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo de contrato.

(c) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

3.14. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros

Um ativo de contrato não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo de contrato é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.15. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia a "performance" dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.16. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

- (a) IFRS 16 (CPC 06 R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 (CPC 06) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O principal contrato no escopo do IFRS 16 trata-se:

- (a) Contrato de aluguel situado no Itaim Bibi, São Paulo, que possui vigência até abril de 2020 e não há certeza sobre sua renovação e para efeitos de avaliação dos possíveis impactos, a Companhia identificou a não aplicabilidade devido ao prazo inferior a doze meses. Os demais arrendamentos identificados não se qualificam devido à irrelevância de valores ou de prazos inferiores a doze meses, em consonância com a aplicação do IFRS 16.
- (b) ICPC 22 / IFRIC 23- "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro":

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32- "Tributos sobre o Lucro", quando houver incerteza sobre os tratamentos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As premissas que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia adotou a interpretação a partir do início da sua vigência, em janeiro de 2019, e, a partir de então, analisa os tratamentos tributários que podem gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente podem expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises para 2019 é de que não existem impactos com a adoção do ICPC 22 / IFRIC 23.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e depósitos bancários	-	-	368	1.167
Títulos de renda fixa CDB (*)	<u>16</u>	<u>121</u>	<u>348</u>	<u>3.137</u>
Total	<u><u>16</u></u>	<u><u>121</u></u>	<u><u>716</u></u>	<u><u>4.304</u></u>

(*) Referem-se a aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira em 31 de dezembro de 2019 foi de 20% do CDI (20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), e todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo Santander Referenciado DI (*)	<u>24.186</u>	<u>9.682</u>	<u>370.003</u>	<u>523.985</u>
Total	<u><u>24.186</u></u>	<u><u>9.682</u></u>	<u><u>370.003</u></u>	<u><u>523.985</u></u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Referenciado DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 101,30% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (102,22% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Concessionárias e Permissionárias	<u>51.133</u>	-
Total	<u><u>51.133</u></u>	-
Circulante	<u>51.133</u>	=

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE – CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Seguros a apropriar	849	11.819
Outras despesas a apropriar	<u>16</u>	<u>5</u>
Total	<u>865</u>	<u>11.824</u>
Circulante	579	1.411
Não circulante	286	10.413

Refere-se à apólice do seguro-garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 28.

8. CONTAS A RECEBER (ATIVO DA CONCESSÃO) – CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	2.885.720	1.886.012
Adoção CPC 47 (Nota explicativa nº 3.13)	716.646	331.529
Remuneração do contas a receber	715.097	169.700
Receita de Operação e Manutenção	9.823	-
Recebimentos	(150.708)	-
Aquisição da Argo III (Nota explicativa nº 9.c)	<u>64.536</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.241.114</u>	<u>2.387.241</u>
Circulante	135.543	-
Não circulante	4.105.571	2.387.241

A movimentação do saldo de contas a receber (ativo da concessão) é como segue:

Saldo em 31/12/2017	263.140
Adoção inicial do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado) (*)	37.511
Receita de construção	1.645.319
Adoção do CPC 47	279.990
Remuneração do contas a receber (receitas financeiras)	<u>161.281</u>
Saldo em 31/12/2018 (reapresentado) (*)	2.387.241
Receita de construção	1.000.205
Adoção do CPC 47	401.487
Remuneração do contas a receber (receitas financeiras)	528.530
Receita de operação e manutenção	9.823
Recebimentos	(150.708)
Aquisição da Argo III	<u>64.536</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>4.241.114</u>

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	1.367.883	740.653
Ágio aquisição – Argo III	<u>24.486</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.392.369</u>	<u>740.653</u>

Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e cumprimento da Instrução CVM nº 247/96:

Controlada	Saldo em 31/12/2018 (Reapresentado)	Aquisição Arqo III	Amortização da exploração da concessão	Aumento de capital	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Argo I	723.723	-	-	-	(6.595)	470.321	1.187.449
Argo II	16.930	-	-	22.223	(113)	10.905	49.945
Argo III	-	81.988	(739)	71.812	(42)	1.956	154.975
Total	<u>740.653</u>	<u>81.988</u>	<u>(739)</u>	<u>94.035</u>	<u>(6.750)</u>	<u>483.182</u>	<u>1.392.369</u>

Controlada	Saldo em 31/12/2017	Adoção CPC 47	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Argo I	240.548	22.382	253.013	207.780	723.723
Argo II	10.659	84	5.323	864	16.930
Total	<u>251.207</u>	<u>22.466</u>	<u>258.336</u>	<u>208.644</u>	<u>740.653</u>

b) Informações relevantes sobre as controladas

Controlada	Quantidade total de ações	% de participação	31/12/2019					
			Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	3.985.268	2.797.819	1.187.449	1.341.549	470.321
Argo II	38.045.000	100%	38.045	124.971	75.026	49.945	91.131	10.905
Argo III	123.800.000	100%	123.800	559.073	428.585	130.488	338.710	4.418
Controlada	Quantidade total de ações	% de participação	31/12/2018 (Reapresentado)					
			Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	2.906.518	2.184.921	721.597	1.887.512	207.781
Argo II	15.822.460	100%	15.822	18.868	1.950	16.918	6.068	864

c) Aquisição da Argo III

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas da Argo III, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.c, com o objetivo de ampliar seus investimentos no setor de transmissão de energia elétrica.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de outubro de 2018, tendo sido finalizada em 28 de fevereiro de 2019, após aprovações dos órgãos reguladores.

O montante total da transação foi de R\$81.988, composto por um pagamento de R\$66.988, em 28 de fevereiro de 2019, e o restante do montante de R\$15.000 pago no início do terceiro trimestre de 2019.

A alocação final dos ativos e passivos a valor justo é como segue:

	28/02/2019		Ativos e passivos a valor justo ^(b)
	Custo histórico ^(a)	Ajustes a valor justo	
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	145	-	145
Depósitos judiciais e cauções	1	-	1
Ativos não circulantes:			
Contas a receber - ativo financeiro	64.536	-	64.536
Despesas antecipadas	752	-	752
Impostos e contribuições sociais diferidos	172	-	172
Imobilizado	151	-	151
Contrato de Concessão	-	25.226	25.226
Passivos circulantes:			
Fornecedores	(45)	-	(45)
Impostos e contribuições sociais	(21)	-	(21)
PIS e COFINS diferidos	(5.970)	-	(5.970)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(2.582)	-	(2.582)
Retenção contratual	(377)	-	(377)
Contraprestação transferida	<u>56.762</u>	<u>25.226</u>	<u>81.988</u>
Ativos líquidos adquiridos			
Preço pago alocado:			56.762
Mais valia contratos de concessão			<u>25.226</u>
Contraprestação transferida			<u><u>81.988</u></u>

Informações adicionais à aquisição da Argo III

- a) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos em 28 de fevereiro de 2019.
- b) O valor da transação, alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da concessão (28 anos).

Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Exercício findo em 31/12/2019(*)
Receita líquida	338.710
Custo dos bens construídos	(317.377)
Despesas	(3.115)
Resultado financeiro	(11.329)
Imposto de renda e Contribuição social	(2.471)
Lucro líquido	<u><u>4.418</u></u>

(*) Contempla o resultado do período entre 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2019.

O valor da transação foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações do contrato de concessão, o qual está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão (28 anos). Conseqüentemente, o valor da transação foi alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação. A alocação do valor da transação está baseada em laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por especialistas contratados pela Companhia.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

a) Imobilizado - Consolidado

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Máquinas e Equipamentos	12.054	(157)	11.897
Veículos	4.726	(57)	4.669
Móveis e utensílios	837	(10)	827
Total	<u>17.617</u>	<u>(224)</u>	<u>17.393</u>

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>Saldos em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldos em 31/12/2019</u>
Máquinas e Equipamentos	929	10.399	726	(157)	11.897
Veículos	-	4.575	-	(57)	4.518
Benfeitorias	726	-	(726)	-	-
Móveis e utensílios	353	484	-	(10)	827
Aquisição Argo III	-	151	-	-	151
Total	<u>2.008</u>	<u>15.609</u>	<u>-</u>	<u>(224)</u>	<u>17.393</u>

b) Intangível - Consolidado

	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Softwares	874	(43)	831
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	25.226	(739)	24.487
Total	<u>26.100</u>	<u>(782)</u>	<u>25.318</u>

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>Saldos em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 31/12/2019</u>
Softwares	874	-	(43)	831
Direito de exploração da Concessão – - aquisição Argo III	-	25.226	(739)	24.487
Total	<u>874</u>	<u>25.226</u>	<u>(782)</u>	<u>25.318</u>

11. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais e serviços - ativo em construção	-	-	62.183	141.921
Outros	1.115	238	6.311	2.697
Total	<u>1.115</u>	<u>238</u>	<u>68.494</u>	<u>144.618</u>

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pis e Cofins	3.897	-
ICMS - diferencial de alíquota	2.214	8.513
ISS de terceiros	2.031	3.737
Outros tributos	461	1.009
Total	<u>8.603</u>	<u>13.259</u>

13. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de bônus	7.005	5.757
Provisão de férias	1.552	1.052
Encargos trabalhistas	564	670
Total	<u>9.121</u>	<u>7.479</u>

14. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para P&D	271	-
Encargos regulatórios a recolher	950	-
Total	<u>1.221</u>	<u>-</u>

15. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ações preferenciais resgatáveis	200.000	-
Juros	9.908	-
Total	<u>209.908</u>	<u>-</u>

Classificado como:

Circulante	9.908	-
Não circulante	200.000	-

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$200.000 remunerados à taxa CDI, totalizando juros de R\$9.908 registrados em 31 de dezembro de 2019.

O prazo de resgate é até 30 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$67.208, e parte como reserva de capital no montante de R\$132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

16. PROVISÕES – CONSOLIDADO

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, a controladora Argo I estimou os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2019 são:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Compromissos socioambientais	3.410	-
Compensação ambiental	15.738	-
Regularização fundiária	6.078	-
Encerramentos contratuais	15.995	-
Outras provisões	4.793	-
Total	46.014	-
Classificado como:	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	21.233	-
Não circulante	24.781	-

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

<u>Instituição financeira</u>	<u>Saldo inicial em 31/12/2017</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros incorridos e despesas amortizadas</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros incorridos e despesas amortizadas</u>	<u>Saldo final 31/12/2019</u>
BNDES (a)	-	1.241.566	43.689	1.285.255	301.791	131.436	1.718.482
BNDES (b)	-	-	-	-	343.200	6.759	349.959
BNDES (c)	-	-	-	-	63.800	1.106	64.906
(-) Custos a amortizar	-	(73.499)	2.003	(71.496)	(59.956)	5.563	(125.889)
Total	-	1.168.067	45.692	1.213.759	648.835	144.864	2.007.458

Classificados como:

Longo prazo	2.007.458
-------------	-----------

- (a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$1.543.357. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.

- (b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$343.200. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de fevereiro de 2043.
- (c) Em 17 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$63.800. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2019, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>
2021	5.432
2022	69.055
2023	88.254
2024	97.270
2025	104.564
2026 em diante	<u>1.768.772</u>
Total	<u>2.133.347</u>

Garantias

Argo I

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Argo I

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de novembro de 2021.

Argo II

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de setembro de 2022.

Argo III

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de março de 2023.

18. DEBÊNTURES

	Saldo inicial em 31/12/2017	Captações	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo em 31/12/2018	Captações	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2019
1ª emissão de debêntures	-	454.500	13.926	468.426	-	51.894	520.320
(-) Custos a amortizar	-	(4.188)	49	(4.139)	-	216	(3.923)
Total	-	<u>450.312</u>	<u>13.975</u>	<u>464.287</u>	-	<u>52.110</u>	<u>516.397</u>

Classificado como:
Não circulante

516.397

Única emissão de debêntures

Em 24 de agosto de 2018, a Controladora Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2019, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>
2021	41.646
2022	35.139
2023	40.345
2024	48.153
2025	40.345
2026 em diante	<u>314.692</u>
Total	<u><u>520.320</u></u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão da Argo Transmissão de Energia S.A.;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras relacionadas ao *compliance* com as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de novembro de 2021.

19. PIS E COFINS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.340
Constituição	<u>196.481</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado) (*)	220.821
Constituição	<u>165.644</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>386.465</u>
Classificado como:	
Circulante	12.699
Não circulante	373.766

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito é de R\$595.691, totalmente integralizado, sendo representado por 360.549.745 ações ordinárias e 38.155.607 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2019			31/12/2018	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	%	Ações Ordinárias	%
Pátria Infraestrutura III – FIP	284.902.102	-	71,45	283.502.102	78,63
FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	-	1.400.000	0,39
ARGO Co-investimento – FIP	26.137.021	-	6,56	26.137.021	7,25
Somerville Investments B.V.	49.510.622	-	12,42	49.510.622	13,73
Itaú Unibanco S.A.	-	38.155.607	9,57	-	-
Total	<u>360.549.745</u>	<u>38.155.607</u>	<u>100,00</u>	<u>360.549.745</u>	<u>100,00</u>

A movimentação do capital social da Companhia em 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Valor por ação	Capital integralizado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	286.746		398.482
Subscrição de capital em 1º de março de 2018	68.126	1,76	-
Aumento de capital em dinheiro em 20 de março de 2018	-	1,76	16.476
Aumento de capital em dinheiro em 26 de março de 2018	-	1,76	103.524
Subscrição de capital em 24 de outubro de 2018	5.678	1,76	-
Aumento de capital em dinheiro em 24 de outubro de 2018	-	1,76	1.374
Aumento de capital em dinheiro em 21 de novembro de 2018	-	1,76	7.902
Aumento de capital em dinheiro em 23 de novembro de 2018	-	1,76	725
Saldo em 31 de dezembro de 2018	360.550		528.483
Subscrição de capital em 20 de fevereiro de 2019 (nota 15)	38.156	1,76	67.208
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>398.705</u>		<u>595.691</u>

Reserva de lucro – reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destinou R\$22.951 para constituição da reserva legal.

Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destinou R\$281.924 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destinou R\$4.361 para dividendos mínimos obrigatórios, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	459.013	203.955
Adoção CPC 47, em 1º de janeiro de 2018	-	22.466
Compensação de prejuízos anteriores	-	(9.367)
Subtotal	<u>459.013</u>	<u>217.054</u>
Reserva legal - (5%)	<u>(22.951)</u>	<u>(10.853)</u>
Lucro líquido ajustado	436.062	206.201
Reservas de lucros	(281.924)	(204.140)
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	(4.361)	(2.061)
Dividendos adicionais propostos	<u>(150.407)</u>	-
Total	<u>(154.768)</u>	<u>(2.061)</u>
Dividendo por ação ordinária	0,429	0,006
Dividendo por ação preferencial	4,056	-

21. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 12 de maio de 2017, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de opções de ações de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 4% do capital social da Companhia.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data da concessão com base no modelo de Black&Scholes de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações					Premissas de valor justo			
Data	Opções outorgadas	Em circulação	Opções exercidas	Preço de exercício - reais (*)	Precificação de opções - reais	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - %	Prazo de maturidade
2017	8.146.818	8.146.818	-	1,00	0,69	33,54	11,25	10 anos
2018	2.036.706	2.036.706	-	1,18	0,71	27,86	9,8	10 anos
2018	2.036.706	2.036.706	-	1,33	0,69	27,86	9,8	10 anos
2019	1.557.273	1.557.273	-	1,76	0,33	27,08	7,0	10 anos

(*) Valor de exercício na data da outorga, o qual é corrigido mensalmente pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

Para a volatilidade, considerou-se a oscilação histórica média de ações de empresas listadas em bolsa de valores ("B3") que atuam em ramo semelhante ao da Companhia, para o período igual ao prazo de maturidade na data de mensuração do valor justo das opções. O prazo de exercício das opções foi baseado no comportamento esperado dos detentores das opções.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das Letras do Tesouro Nacional - LTN com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

As despesas referentes ao valor justo das opções concedidas reconhecidas no resultado dos exercícios findos em 2019 e de 2018, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito às opções de compras de ações, foram de R\$3.216 e R\$2.926, respectivamente, registradas na rubrica "despesas gerais e administrativas" (Controladora e Consolidado), sendo pagos R\$79 a título de direito de opção do plano.

22. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja possível ou provável.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de construção	1.000.205	1.645.319
Adoção CPC 47	401.853	279.990
Receita de remuneração do ativo de contrato	528.530	161.281
Receita de operação e manutenção	9.823	-
Receita bruta	1.940.411	2.086.590
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(159.873)	(193.010)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(13.938)	-
(-) Encargos regulatórios	(1.877)	-
Receita líquida	<u>1.764.723</u>	<u>1.893.580</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de terceiros (*)	(3.682)	(1.956)	(921.692)	(1.499.719)
Pessoal	(247)	(2.955)	(30.159)	(13.903)
Aluguéis	-	-	(611)	(704)
Seguros	(31)	-	(31)	(8)
Tributos	-	(3)	(99)	(78)
Depreciação	-	-	(224)	-
Amortização do Ágio	(739)	-	(739)	-
Outros	(3.543)	(67)	(9.681)	(349)
Total	(8.242)	(4.981)	(963.236)	(1.514.761)
Valores alocados a:				
Custos dos bens construídos e serviços prestados	-	-	(925.492)	(1.493.126)
Despesas gerais e administrativas	(8.242)	(4.981)	(37.744)	(21.635)

(*) Referem-se, substancialmente, aos custos de construção relacionados ao contrato de concessão.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	2.437	699	19.909	23.473
Outras receitas financeiras	-	2	18	176
Total	2.437	701	19.927	23.649
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(7)	(203)	(13.410)	(24.835)
Remuneração de partes relacionadas	-	-	-	(1.023)
Juros e variações monetárias	(9.908)	-	(207.882)	(59.667)
Outras despesas financeiras	(8.449)	(23)	(12.358)	(349)
Total	(18.364)	(226)	(232.650)	(85.874)
Resultado financeiro líquido	(15.927)	475	(212.723)	(62.225)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2019 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	459.013	204.138	588.764	316.593
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(156.064)	(69.407)	(200.180)	(107.642)
Ajustes permanentes:				
Equivalência patrimonial	164.283	70.939	-	-
Plano de opção por compra de ações	(1.120)	(995)	(1.120)	(995)
Efeito IN 1515 (b)	-	-	79.749	-
Despesas indedutíveis	(2.523)	-	(2.523)	(3.305)
Imposto de renda diferido não constituído	(721)	(720)	(721)	(696)
Outras adições e exclusões	(3.855)	-	(4.956)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	(183)	(129.751)	(112.638)
Alíquota efetiva	0%	0%	22%	36%

b) Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo (a)	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	183	10.317	(6.925)	3.392
Adoção CPC 47 em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)	-	-	(75.937)	(75.937)
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	-	23.763	-	23.763
Contratos de Concessão (b)	-	-	(71.793)	(71.793)
Baixa de benefício fiscal constituído	(183)	(202)	-	(202)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado) (*)	-	<u>33.878</u>	<u>(154.655)</u>	<u>(120.777)</u>
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	-	38.037	-	38.037
Aquisição Argo III	-	172	(2.582)	(2.410)
Contratos de Concessão (b)	-	-	(166.206)	(166.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	<u>72.087</u>	<u>(323.443)</u>	<u>(251.356)</u>

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação a partir de 2021.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

27. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Resultado básico por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	459.013	203.955
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias e preferenciais em circulação	<u>528.482.702</u>	<u>339.840.686</u>
Lucro líquido básico por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	0,86855	0,60015
<u>Resultado diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	459.013	203.955
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias e preferenciais em circulação	528.482.702	339.840.686
Efeito dilutivo do plano de opções sob a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação	<u>9.848.297</u>	<u>8.396.607</u>
Lucro líquido diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	0,85266	0,58568

28. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada</u>
Seguros - Riscos de engenharia (*)	412.210
Seguros - Responsabilidade civil	50.000
Total	<u>462.210</u>

(*) Esse contrato de seguro garante cobertura contra riscos de engenharia, tais como: i) obras civis em construção e instalação, ii) manutenção ampla, iii) danos em consequência de erro de projeto e risco fabricante e iv) coberturas adicionais.

29. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou, no consolidado, R\$11.030 e R\$10.412, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	-	-	6.177	5.264
Pagamento baseado em ações	3.216	2.926	3.216	2.926
Encargos sociais	-	-	1.637	2.222
Total	<u>3.216</u>	<u>2.926</u>	<u>11.030</u>	<u>10.412</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Hierarquia do valor justo</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros:			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2	16	716
Títulos e valores mobiliários (a)	2	24.186	370.003
Custo amortizado:			
Contas a receber de clientes	2	-	51.133
Contas a receber (ativo da concessão)	3	-	4.241.114
Passivos financeiros:			
Fornecedores (b)	2	1.115	68.494
Ações preferenciais resgatáveis	2	209.908	209.908
Empréstimos e financiamentos e debêntures (b)	2	-	2.523.855
Contas a pagar (partes relacionadas)	2	22	-
	<u>31/12/2018 (reapresentado) (*)</u>		
	<u>Hierarquia do valor justo</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	2	121	4.304
Títulos e valores mobiliários	2	9.682	523.985
Contas a receber (ativo da concessão)	3	-	2.387.241
Contas a receber – partes relacionadas	3	131	134

	31/12/2018 (reapresentado) (*)		
	Hierarquia do valor justo	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros:			
Fornecedores	2	238	144.618

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Contas a receber (ativo da concessão): No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto do início do projeto. Com a adoção do CPC 47, estes ativos foram classificados como ativos de contratos, registrados a custo amortizado.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Empréstimos e Financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.13, com a adoção do CPC 47 (IFRS 15), os ativos financeiros de concessão foram classificados como ativos de contratos, registrados ao custo amortizado e a conciliação dos valores justos de nível 3 está apresentada na nota explicativa nº 8.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

- Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$4.241.114 (R\$2.387.241 em 31 de dezembro de 2018).

- Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

- Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

- Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
Controladora:				
Fornecedores	1.115	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	209.908
Total	<u>1.115</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>209.908</u>
Consolidado:				
Fornecedores	68.494	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	209.908
Empréstimos e financiamentos	-	5.432	69.055	1.932.971
Debêntures	-	41.646	35.139	439.612
Total	<u>68.494</u>	<u>47.078</u>	<u>104.194</u>	<u>2.582.491</u>

- Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2019, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 4,31% ao ano, para o IPCA, é de 3,60% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2019 é de 5,09% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	716	31	23	15
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	370.003	15.947	11.960	7.974
Total			<u>370.719</u>	<u>15.978</u>	<u>11.983</u>	<u>7.989</u>
Empréstimos e financiamentos (*)	Aumento da TJLP	17	1.600.044	81.442	101.803	122.163
Empréstimos e financiamentos (**)	Aumento do IPCA	17	407.414	14.667	18.334	22.000
Debêntures	Aumento do IPCA	18	516.397	18.590	23.238	27.885
Ações preferenciais resgatáveis	Aumento do IPCA	15	209.908	9.047	11.309	13.571
Total			<u>2.733.763</u>	<u>123.746</u>	<u>154.683</u>	<u>185.620</u>

(*) Referente à controlada Argo I.

(**) Referente às controladas Argo II e Argo III.

31. COMPROMISSOS

A Argo II possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	<u>2020</u>	<u>Total</u>
Serviços	22.796	22.796
Materiais e equipamentos	<u>61.648</u>	<u>61.648</u>
Total	<u>84.444</u>	<u>84.444</u>

A Argo III possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
Serviços	111.060	5.292	186	116.538
Materiais e equipamentos	<u>52.846</u>	-	-	<u>52.846</u>
Total	<u>163.906</u>	<u>5.292</u>	<u>186</u>	<u>169.384</u>

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVENDO CAIXA - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, através de suas controladas, realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais e serviços - ativo em construção em contrapartida a fornecedores	63.298	144.618
Provisões para custo de construção	46.014	-
Adoção CPC 47	<u>401.853</u>	<u>279.991</u>
Total	<u>511.165</u>	<u>424.609</u>

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas e autorizadas para a emissão pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2020.

* * *

André Felipe Fernandes Figueira

Diretor de RI e Finanças

Márcia Abreu Tavernari

Controller

CRC-RJ 107585/O-1
